

Fapitec investe em estudos para a expansão industrial

Programa de bolsas visa impulsionar setor industrial em Sergipe

Pesquisadores selecionados pelo Programa de Apoio e Desenvolvimento Tecnológico em Instituições Estaduais (Bolsas DTI), da Fundação de Apoio à Pesquisa e à Inovação Tecnológica do Estado de Sergipe (Fapitec/SE), assinaram termo de outorga na quinta-feira, 2, para atuar na Companhia de Desenvolvimento Econômico de Sergipe (Codise). O investimento global de R\$ 180.000,00 visa a expansão de Distritos Industriais em Sergipe.

O programa busca atrair recursos humanos qualificados para desenvolver estudos de prospecção de novos Distritos Industriais no estado. Isso envolve planejamento estratégico baseado na economia local, mercado atual, logística e infraestrutura, além de pesquisas de viabilidade técnica, econômica e financeira.

O diretor-presidente da Fapitec/SE, Alex Garcez, destacou a importância da execução do programa para Sergipe. "O setor industrial é uma área que influencia diretamente na dinâmica da economia. Nós, enquanto fundação de inovação, ficamos contentes em fomentar, a partir desse programa, o desenvolvimento de soluções e expansão desse mercado", salientou.

Para o presidente da Codise,



Ascom/Fapitec-SE

Pesquisadores estudarão a expansão de novos Distritos Industriais em Sergipe

Ronaldo Guimarães, a parceria entre as instituições por meio da promoção do programa refletirá no avanço econômico do estado. "No futuro, nós iremos colher bons frutos da pesquisa realizada pelos três bolsistas, no sentido da expansão dos distritos, novas prospecções de áreas, com qualidade para atender grandes indústrias aqui no estado", pontuou.

Na visão do secretário da Sedetec, Valmor Barbosa, a iniciativa reflete o compromisso do Governo do Estado com o en-

volvimento de atores qualificados nas ações voltadas ao desenvolvimento econômico de Sergipe. "A atuação dos novos bolsistas irá colaborar para viabilizar a formação e expansão de áreas atrativas a negócios, diversificando o portfólio do nosso estado", resumiu.

"A perspectiva desse projeto visa a geração de renda, emprego e fomento da economia local, territorial e regional. E dentro dessa perspectiva, a gente também vai colocar Sergipe na dinâmica da discussão de captação de recursos,

tanto nacionais como internacionais, para o desenvolvimento do nosso estado", declarou o bolsista e economista Júlio César Batista.

Além disso, o bolsista e engenheiro civil José Pedro Alberto destacou como a realização dos estudos refletirá no progresso da região. "Sergipe está em uma região estratégica entre os estados da Bahia e Pernambuco, que tem várias indústrias. Fomentar a formação de novos parques industriais aqui vai trazer mais empregos para a região", explicou.

Projeto em AL promove educação alimentar

No Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) Hebert de Souza, merendeiras, professoras, mães e pais de alunos participaram de uma imersão sobre alimentação saudável. A ação é parte do projeto "Ecogastronomia - saberes e sabores", que realizou oficinas ecogastronômicas em Maceió.

O projeto visa impulsionar a educação alimentar orgânica por meio do cultivo de alimentos e compartilhar a importância de preservar a biodiversidade e a agricultura, defendendo o uso de ingredientes naturais, frescos, regionais e da estação.

Nesta primeira etapa, as oficinas foram conduzidas pela coordenadora do projeto, Ayodhya Ramalho, e a nutricionista Helena Menezes, que falaram sobre o preparo de receitas saudáveis produzidas com inhame, batata doce, vegetais e elementos da culinária vegana.

Os participantes puderam preparar uma nutritiva torta salgada e um "pão de beijo", nome dado

ao pão de batata doce, e degustar a riqueza de sabores oferecidos pela natureza. Além do preparo de alimentos, foram discutidos temas importantes sobre alimentação saudável, como a agricultura familiar e a importância da comida orgânica, livre dos efeitos nocivos do uso de agrotóxicos.

O projeto foi selecionado e aprovado por meio do edital nº 12/2023 de chamamento público para seleção de projetos culturais voltados para a oferta de oficinas de gastronomia, da Lei Paulo Gustavo Alagoas, lançado pelo governo de Alagoas, através da Secretaria de Estado da Cultura e Economia Criativa.

Raquel Vieira, gastróloga, merendeira da rede municipal e participante do projeto, frisou que as atividades são instrumentos essenciais para ajudar na educação alimentar das pessoas. "A minha expectativa através desse projeto é que a gente consiga mudar um pouco a mentalidade das pessoas, em relação à alimentação, agricultura familiar e sustentabilidade".



Unidade de Comunicação da MCO-UFBA/Ebserh

Projeto acompanha a gestão de homens trans

Maternidade passa a cuidar de homens trans

A Maternidade Climério de Oliveira da Universidade Federal da Bahia lançou uma caderneta de acompanhamento gestacional voltada para homens trans, em evento realizado na última quinta-feira (2), em Salvador. A medida visa garantir acesso, cuidado seguro e direitos para gestantes transmasculinas, preenchendo uma lacuna no sistema público de saúde.

De acordo com a superintendente da MCO-UFBA/Ebserh, Sinaide Coelho, a caderneta promove inclusão social,

visibilidade e pertencimento, além de gerar dados para políticas públicas. O instrumento registra informações sobre a gestação e facilita o atendimento em casos de intercorrências.

A Maternidade Climério de Oliveira se destaca como referência no atendimento a pessoas trans, desenvolvendo o programa "Transgesta". Desde sua implementação em 2021, o programa acompanhou sete homens trans gestantes, resultando no nascimento de nove bebês na maternidade.

CEARÁ

Governo e Eletrobrás alinham investimentos

Na última quinta-feira (2), o governo do Ceará e a Eletrobrás realizaram a primeira reunião de trabalho no Palácio da Abolição. O encontro abordou temas como geração de emprego local e incentivos tributários, visando o início do investimento previsto para janeiro de 2026.

Destacou-se o investimento de R\$ 2,2 bilhões da Eletrobrás, com a expectativa de criação de 4.465 empregos, priorizando mais de 60% para a população local.

O governo se comprometeu a investir em capacitação para a mão de obra local, em parceria com entidades como o Senai e o Sistema FieC.

BAHIA

Agronegócio impulsiona exportações no estado

No primeiro trimestre de 2024, o agronegócio se destacou na balança comercial da Bahia, representando 53,4% das exportações totais do estado, um aumento significativo em relação ao ano anterior.

Mesmo com a queda nos preços das commodities, a atividade agrícola continua sendo o principal motor da economia baiana, conforme dados da Secretaria de Comércio Exterior (SECEX) do Governo Federal.

A exportação de soja, cresceu 29,89% em comparação ao mesmo período do ano anterior, atingindo US\$ 562,9 milhões, enquanto o algodão não cardado registrou um aumento de 291,37%, totalizando US\$ 218,6 milhões.

SERGIPE

Ex-policial tem nome retirado de post da Bienal do Livro

O ex-policial rodoviário federal, Paulo Rodolpho Lima Nascimento, envolvido na morte de Genivaldo Santos durante uma abordagem policial, teve seu nome retirado da programação da 1ª Bienal do Livro de Aracaju.

Após repercussão, um post que confirmava a presença dele no evento foi apagado da rede social da bienal. Genivaldo morreu após ter sido trancado no porta-malas de uma viatura da PRF e submetido à inalação de gás lacrimogêneo em maio de 2022.

A defesa de Paulo Rodolpho destacou houve falha de comunicação. Segundo ele, a inscrição do livro do ex-policial para o evento foi realizada pela sua esposa, que queria participar do evento.

PARAÍBA

PF investiga grupo criminoso em órgãos públicos

A Polícia Federal na Paraíba deflagrou operação para desarticular grupo criminoso atuante em órgãos públicos da capital.

As investigações apontam obtenção de vantagens em secretarias municipais em troca de apoio a agentes municipais em comunidades controladas pelo crime.

Sete mandados de prisão preventiva, 11 de busca e apreensão e bloqueio de contas bancárias foram cumpridos, com a participação de 44 policiais federais e 40 militares. A prefeitura de João Pessoa afirmou estar à disposição para colaborar com as investigações e condenou qualquer ato ilícito.

CORREIO OPINIÃO



Divulgação

Divórcio extrajudicial ainda não foi difundido

Aspectos legais do divórcio extrajudicial

Por Marcos Couto*

Nos últimos anos, temos uma evolução legislativa no Brasil em busca de soluções para questões do nosso cotidiano que não precisem passar pelo judiciário. Já tratamos, em artigos anteriores, sobre o inventário extrajudicial e a mediação em câmaras privadas como forma de resolução de conflitos.

Hoje vamos falar sobre a possibilidade do divórcio sem a necessidade de utilizar o judiciário, conhecido como divórcio extrajudicial, que foi uma mudança significativa no cenário jurídico brasileiro, oferecendo uma alternativa mais ágil e menos burocrática.

Para isso, foram fundamentais duas mudanças legislativas: a Emenda Constitucional nº 66/2010, que eliminou a necessidade de prévia separação judicial para a dissolução do casamento, com a inclusão do § 6º ao artigo 226, e a edição da Lei 11.441/2007, que incluiu o artigo 1.124-A no Código de Processo Civil (CPC), criando o instituto do divórcio extrajudicial.

Em seguida, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) editou a Resolução nº 35/2007, que normatizou a questão procedimental, bem como os requisitos para a sua utilização, dando a formatação final a esse instrumento.

Para a realização do divórcio extrajudicial, o casal deverá, representado por advogado, apresentar toda a documentação em qualquer Tabelionato de Notas, não sendo obrigatória a utilização do existente em sua cidade.

É necessária a consensualidade do casal para o ato, a inexistência de filhos menores ou incapazes, e a mulher não pode estar grávida, o que é uma forma de proteção ao nascituro.

No que diz respeito ao casal com filhos menores, tramita na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei 731/2021, que prevê alterações no CPC, possibilitando o divórcio extrajudicial mesmo com filhos menores. Nesse caso,

o tabelião encaminhará a minuta final da escritura pública ao Ministério Público, que concordará ou não com os termos ali postos. Porém, ainda é necessária a sua aprovação e sanção presidencial.

Dentre os aspectos positivos, podemos destacar a rapidez do procedimento, além de um menor custo financeiro e a não obrigatoriedade da presença do casal, podendo ser representados por mandatário constituído por instrumento público e com poderes especiais para o ato.

Além disso, com a edição do Provimento nº 100/2020 do CNJ, passou a ser possível que todo o procedimento seja realizado virtualmente, estabelecendo as regras para a identificação das partes e exigindo que a transmissão seja gravada e arquivada junto ao ato notarial.

A partilha de bens, quando houver, deverá ser feita no mesmo ato, sempre observando a legislação civil no que se refere ao regime de casamento, sendo que a escritura pública que será lavrada constitui-se no título hábil tanto para o registro civil quanto para o registro de imóveis. Ou seja, eventual alteração de nome, averbação do divórcio e transferência de imóveis serão feitas por este único documento.

É evidente o avanço trazido pelas alterações legislativas no direito de família, oferecendo uma alternativa mais eficiente e menos onerosa para a dissolução do casamento. No entanto, apesar da alteração ter ocorrido há dezessete anos, dados do IBGE relativos a 2021 mostram que a opção pelo divórcio extrajudicial ainda não foi bastante difundida, uma vez que cerca de 50% dos divórcios judiciais realizados naquele ano foram de casais sem filhos menores, o que os tornaria elegíveis para a modalidade aqui apresentada.

*Procurador Federal aposentado e advogado. Email: coutomarcos1961@gmail.com